

7	O amanhã está anulado
23	Cinquenta tons de rupturas
61	Morte à política
83	Destituamos o mundo
109	Fim do trabalho, vida mágica
135	Todo mundo detesta a polícia
151	Para o que segue do mundo

O AMANHÃ ESTÁ ANULADO

Todas as razões para fazer uma revolução estão aí. Não falta nenhuma. O naufrágio da política, a arrogância dos poderosos, o reino do falso, a vulgaridade das riquezas, os cataclismos da indústria, a miséria galopante, a exploração nua, o apocalipse ecológico — de nada somos poupados, nem mesmo de estar informados sobre isso. “Clima: 2016 bate um recorde de calor”, anuncia o *Le Monde* agora como em quase todos os anos. Todas as razões estão reunidas, mas não são as razões que fazem as revoluções, são os corpos. E os corpos estão diante das telas.

Podemos observar uma campanha presidencial chegando ao ápice. A transformação do “momento mais importante da vida política francesa” em um grande tiro ao alvo só faz com que a telenovela seja mais cativante. Não imaginávamos *Koh-Lanta*¹ com

1. *Koh-Lanta* é um *reality show* francês baseado no formato internacionalmente conhecido como *Sobreviventes*. [N.T.]

tais personagens, repercussões tão vertiginosas, provas tão cruéis, humilhação tão geral. *O espetáculo da política sobrevive como espetáculo de sua decomposição.* A incredulidade vai bem com essa paisagem imunda. A Frente Nacional, essa negação politiquera da política, essa negação da política *no terreno da política*, ocupa logicamente o “centro” desse tabuleiro de ruínas fumegantes. A humanidade assiste enfeitada ao seu naufrágio como a um espetáculo de alto nível. Está de tal modo *tomada* que sequer sente a água que já lhe cobre as pernas. Ao final, ela transformará tudo em boia. É o destino dos naufragos transformar tudo o que tocam em boias.

Este mundo não é mais para ser comentado, criticado, denunciado. Vivemos envoltos por uma neblina de comentários e de comentários sobre os comentários, de críticas e de críticas de críticas, de revelações que não desencadeiam nada, exceto revelações sobre as revelações. E essa neblina nos retira toda apreensão do mundo. Não há nada a criticar em Donald Trump. Ele já absorveu e incorporou o pior que podemos falar sobre ele. Ele o encarnou. Ele carrega no peito todas as queixas que jamais pensamos poder lhe fazer. Ele é sua

própria caricatura e tem orgulho disso. Mesmo os criadores de *South Park* jogam a toalha: “É muito complicado, agora que a sátira se tornou realidade. Tentamos verdadeiramente rir do que estava acontecendo, mas não conseguíamos manter o ritmo. O que acontecia era muito mais engraçado do que tudo que podíamos imaginar. Assim, decidimos esquecer o assunto, deixá-los representar sua comédia, e nós faríamos a nossa.” Nós vivemos em um mundo que se estabeleceu *além de toda justificção*. Aqui, a crítica não pode mais nada, não mais que a sátira. Elas permanecem sem efeito. Apoiar-se na denúncia das discriminações, das opressões, das injustiças, e esperar delas recolher frutos é se enganar de época. Os esquerdistas que ainda creem que podemos sublevar algo acionando a alavanca da má consciência estão redondamente equivocados. Eles podem muito bem se flagelar em público e fazer ouvir seus lamentos, acreditando despertar simpatia, mas suscitarão apenas o desprezo e o desejo de destruí-los. “Vítima” se tornou um insulto em todos os cantos do mundo.

Há um uso social da linguagem. Ninguém mais crê nisso. Sua cotação caiu a zero. Daí essa bolha

inflacionista do palavrório mundial. Tudo o que é social é mentiroso, agora todo mundo sabe disso. Já não são apenas os governos, os publicitários e as personalidades públicas que “fazem comunicação”, mas cada um dos empreendedores de si, nos quais esta sociedade pretende nos transformar, que não cessam de praticar a arte das “relações públicas”. Tornada instrumento de comunicação, a linguagem não é mais uma realidade própria, mas um utensílio que serve para operar sobre o real, para obter *efeitos* em função de estratégias diversamente conscientes. As palavras só são colocadas em circulação a fim de travestir as coisas. Tudo navega sob falsas bandeiras. A usurpação se tornou universal. Não se recua diante de nenhum paradoxo. O estado de emergência é o estado de direito. Faz-se a guerra em nome da paz. Os patrões “oferecem empregos”. As câmeras de segurança são “dispositivos de vídeo proteção”. Os carrascos se lamentam porque são perseguidos. Os traidores proclamam sua sinceridade e fidelidade. Os medíocres são por toda parte citados como exemplo. Há, de um lado, a prática real e, de outro, o discurso, seu implacável contraponto, a perversão de todos os conceitos,

o engano universal de si mesmo e dos outros. Por toda parte, trata-se apenas de preservar ou estender os interesses. Em troca, o mundo povoa-se de silenciosos. Alguns dentre eles explodem em atos loucos, em datas cada vez mais próximas. Quem pode se surpreender com isso? Não digam mais: “Os jovens não acreditam em coisa alguma.” Digam: “Merda! Eles já não engolem nossas mentiras.” Não digam mais: “Os jovens são niilistas.” Digam: “Putá merda! Se isso continuar, eles vão sobreviver ao afundamento de nosso mundo.”

A cotação da linguagem caiu a zero e, no entanto, escrevemos. É que há um outro uso da linguagem. É possível falar da vida e é possível falar *desde* a vida. É possível falar dos conflitos e é possível falar *desde* o conflito. Não é a mesma língua nem o mesmo estilo. Tampouco é a mesma ideia da verdade. Há uma “coragem da verdade” que consiste em se refugiar atrás da neutralidade objetiva dos “fatos”. Há uma outra que considera que uma palavra que não se compromete com nada, que não vale como tal, que não se arrisca em sua posição, que não custa nada, não vale grande coisa. Toda a crítica do capitalismo financeiro empalidece diante

de uma vitrine de banco estilhaçada e pichada com “Tome seus juros!”. Não é por ignorância que os “jovens” se tornam *punchline*² de *rappers* em seus *slogans* políticos mais do que em máximas filosóficas. E é por decência que não repetem o “Não desistimos de nada!” que os militantes gritam no momento em que já desistiram de tudo. É que uns falam do mundo e outros falam *desde* um mundo.

A verdadeira mentira não é a que se diz aos outros, mas a que se diz *a si mesmo*. A primeira é, comparada à outra, relativamente excepcional. A mentira é recusar ver certas coisas *que se vê*, e recusar vê-las *como se as vê*. A verdadeira mentira são todas as telas, todas as imagens, todas as explicações que se colocam entre si e o mundo. É a maneira como pisoteamos cotidianamente nossas próprias percepções. De modo que, enquanto não se afrontar a verdade, não se afrontará nada. Não haverá nada. Nada além deste manicômio planetário. A verdade não é algo em direção à qual seria

2. *Punchline* é a conclusão de uma ideia por meio da aproximação de ideias contrastantes de uma maneira insólita, como, por exemplo, o arremate de uma piada. [N.T.]

preciso ir, mas uma relação sem rodeios com o que aí está. Ela só é um “problema” para os que já veem a vida como um problema. Ela não é algo que se professa, mas um modo de estar no mundo. Portanto, não é possível detê-la nem a acumular. Ela se dá numa situação e de momento em momento. Quem sente a falsidade de um ser, o caráter nefasto de uma representação ou das forças que se movem sob o jogo das imagens, afasta-as de toda influência sobre si. A verdade é plena presença em relação a si mesmo e ao mundo, contato vital com o real, percepção aguda dos dados da existência. Em um mundo onde todos atuam, onde todos encenam, onde quanto mais se comunica tanto menos se diz realmente, a simples palavra “verdade” atemoriza, exaspera e suscita zombarias. Tudo o que esta época contém de sociável costuma se apoiar nas muletas da mentira a ponto de não mais poder deixá-las. Não há que “proclamar a verdade”. Pregar a verdade àqueles que não suportariam nem mesmo coisas ínfimas é se expor à sua vingança. No que segue, não pretendemos de forma alguma dizer “a verdade”, mas a percepção que temos do mundo, aquilo a que nos atemos, que nos mantém em pé

e vivos. É preciso torcer o nariz para o sentido comum: as verdades são múltiplas, mas a mentira é uma, pois está universalmente ligada contra a menor verdade que venha à tona.

A cada ano nos guardamos das mil ameaças que nos rodeiam — os terroristas, os perturbadores da ordem interna, os imigrantes, o fascismo, o desemprego. Assim se perpetua o imperturbável dia a dia da normalidade capitalista: com mil complôs incabados e cem catástrofes postergadas como pano de fundo. É preciso reconhecer que o motim tem a virtude paradoxal de nos libertar da ansiedade lívida que, dia após dia, tentam nos inocular a golpes de patrulhas de militares armados, de *breaking news* e anúncios governamentais. É o que não podem entender os amadores desses cortejos fúnebres nomeados “manifestações”, todos estes que, tomando um vinho tinto, apreciam o gozo amargo de ser sempre derrotados, todos estes que soltam um flatulento “Isso vai dar merda!”, antes de sabiamente entrarem em seus carros. Nos enfrentamentos de rua, o inimigo tem um rosto definido, seja vestido em trajes civis ou com armaduras. Tem métodos amplamente conhecidos. Tem um nome

e uma função. Aliás, é um “funcionário”, como de maneira sóbria ele próprio declara. Também o amigo tem gestos, movimentos e uma aparência reconhecível. Há no motim uma incandescência da presença em relação a si mesmo e aos outros, uma fraternidade lúcida que a República é incapaz de suscitar. O motim organizado pode produzir o que esta sociedade é incapaz de engendrar: laços vivos e irreversíveis. Os que se fixam nas imagens de violência perdem tudo o que se joga no fato de encarar juntos o risco de quebrar coisas, de pichar, de afrontar os policiais. Jamais se sai ileso de seu primeiro motim. É essa positividade do motim que o espectador prefere não ver e que, no fundo, assusta muito mais do que os destroços, as investidas e as contrainvestidas. No motim há produção e afirmação *de amizades*, configuração franca do mundo, possibilidades nítidas de agir, meios ao alcance das mãos. A situação tem uma forma e é possível mover-se nela. Os riscos são definidos, diferentemente de todos os “riscos” nebulosos que os governos se comprazem em fazer sobrevoar nossas existências. O motim é desejável como momento de verdade. Ele é suspensão momentânea da

confusão: entre gases, as coisas são curiosamente claras e o real, enfim, legível. Difícil, então, não ver quem é quem. Falando da jornada insurrecional de 15 de julho de 1927, em Viena, durante a qual os proletários queimaram o palácio de justiça, Elias Canetti dizia: "É o que vivi de mais próximo a uma revolução. Centenas de páginas não seriam suficientes para descrever tudo o que vi." Daí ele tiraria inspiração para sua obra-prima, *Massa e poder*. O motim é formador por aquilo que faz ver.

Havia na marinha inglesa este velho brinde: "*Confusion to our enemies!*" A confusão tem um valor estratégico. Não é um acaso. Ela dispersa as vontades e as proíbe de reunir-se novamente. Ela tem o sabor das cinzas da derrota, mesmo que a batalha ainda não tenha acontecido, e é provável que jamais aconteça. Cada um dos recentes atentados na França era seguido de uma grande confusão, que oportunamente fazia crescer o discurso governamental a respeito do assunto. Os que reivindicam esses atentados, os que convocam à guerra contra aqueles que os reivindicam, todos têm interesse em nossa confusão. Quanto aos que as realizam, com frequência são os filhos — os filhos da confusão.

Este mundo que tanto tagarela não tem nada a dizer: é vazio de afirmação. Talvez acreditou tornar-se desse modo inatacável. Ele sobretudo se colocou à mercê de toda afirmação consequente. Um mundo cuja positividade eleva-se sobre tanta destruição merece mesmo que o que nele se afirma de vivo tome então a forma do saque, dos destroços, do motim. Não deixarão de nos fazer passar por desesperados sob o argumento de que nós agimos, construímos, atacamos *sem esperanças*. A esperança, eis aí uma doença com a qual esta civilização não nos infectou. Entretanto, não somos desesperados. Ninguém jamais agiu por esperança. A esperança confabula com a espera, recusando ver o que aí está, temendo a irrupção no presente, em suma: temendo *viver*. Esperar é se declarar, de forma adiantada, sem influência sobre aquilo de que, no entanto, espera-se algo. É manter-se à margem do processo para não ter que assumir seu resultado. É querer que as coisas sejam de outro modo sem querer os meios para tal. É uma covardia. É preciso saber a que se ater, e a isso se ater. Mesmo ao custo de fazer inimigos. Mesmo ao custo de fazer amigos. Uma vez que sabemos o que queremos, não estamos

mais sós, o mundo se repovoa. Por todos os lados aliados, proximidades e uma gradação infinita de amizades possíveis. Nada é próximo para o que flutua. A esperança, esta muito leve mas constante *impulsão em direção ao amanhã* que nos é comunicada dia a dia, é o melhor agente para manter a ordem. Somos cotidianamente informados sobre os problemas a respeito dos quais nada podemos, mas para os quais, por certo, *amanhã* haverá soluções. Todo o asfixiante sentimento de impotência que esta organização social cultiva em cada um de nós, a perder de vista, é apenas uma imensa pedagogia da espera. É uma fuga do agora. Ora, sempre só houve, sempre só há e sempre só haverá agora. E mesmo se o ontem pode exercer uma ação sobre o agora, é porque esse ontem sempre foi apenas um agora. Como o será o amanhã. A única maneira de compreender algo passado é compreendendo que também ele foi um agora. É sentindo o fraco sopro de ar no qual viviam os homens de ontem. Se estamos tão inclinados a fugir do agora, é porque ele é o lugar da decisão. É o lugar do "eu aceito" ou do "eu recuso". O lugar do "eu deixo passar" ou do "tomo para mim". O lugar do gesto lógico que

segue imediatamente a percepção. É o presente e, portanto, o lugar da presença. É o instante, incessantemente renovado, da tomada de partido. Pensar em termos distantes é sempre mais confortável. "No final", as coisas mudarão; "no final", os seres serão transfigurados. Esperando, continuamos assim, permanecemos o que somos. Um espírito que pensa em termos de futuro é incapaz de agir no presente. Ele não procura transformação: ele a evita. O desastre atual é como a acumulação monstruosa de todos os adiamentos do passado, aos quais se acrescenta, em um desmoronamento permanente, os de cada dia e de cada instante. Mas a vida se joga sempre agora, e agora, e agora.

Todo mundo vê com clareza que esta civilização é como um trem em direção ao abismo, e que acelera. Quanto mais acelera, mais escutamos os gritos histéricos dos bêbados do vagão discoteca. Seria preciso aguçar os ouvidos para perceber o duro silêncio dos espíritos racionais que não compreendem mais nada, o silêncio dos angustiados que roem as unhas e o tom de falsa serenidade nas exclamações intermitentes daqueles que dão as cartas enquanto esperam. Interiormente, muitas

peças escolheram saltar do trem, mas se mantêm no estribo. Muitas coisas ainda os tomam. Elas se sentem tomadas porque escolheram, mas a decisão ainda falta. Pois é a decisão que traça no presente a maneira e a possibilidade de agir, de fazer um salto que não seja no vazio. Essa decisão é a de desertar, de sair das fileiras, de organizar-se, de fazer secessão, ainda que seja de modo imperceptível, mas, em todo caso, *agora*.

A época é dos tenazes.

CINQUENTA TONS DE RUPTURAS

“Não dá mais”, dizem os maus jogadores. “O mundo vai mal”, opina a sabedoria popular. Antes, nós dizemos que o mundo *se fragmenta*. Tinham nos prometido uma nova ordem mundial. É o contrário que se produz. Anunciavam a generalização planetária da democracia liberal. O que se generaliza são, pelo contrário, as “insurreições eleitorais” contra tal democracia e sua hipocrisia, como lamentam amargamente os liberais. Bairro após bairro, a fragmentação do mundo prossegue, sem rodeios, sem interrupção. É isso é apenas questão de geopolítica. É em todos os âmbitos que o mundo se fragmenta, em todos os domínios em que a unidade se tornou problemática. Em nossos dias não há mais unidade na “sociedade” do que na “ciência”. Os assalariados explodem em toda sorte de nichos, de exceções, de condições derogatórias. A ideia de “precariado” oculta de modo oportuno o fato de simplesmente

já não haver mais experiência comum do trabalho, mesmo precário. Embora tampouco possa haver uma experiência comum de sua interrupção, e que o velho mito da greve geral deva ser colocado na seção dos acessórios inúteis. A medicina ocidental se vê reduzida a fazer colagem com técnicas que explodem sua unidade doutrinal, como a acupuntura, a hipnose ou o magnetismo. Para além das usuais adulterações parlamentares, não há mais, politicamente, maioria para nada. O comentário jornalístico mais judicioso, durante o conflito iniciado com a lei do Trabalho, na primavera de 2016, constatava que duas minorias, uma governamental e outra de manifestantes, afrontavam-se diante dos olhos de uma população de espectadores. Nosso Eu próprio se apresenta como um quebra-cabeça cada vez mais complexo e menos coerente — ainda que, agora, para que isso aconteça, sejam necessários, mais do que sessões com psicólogos e comprimidos, os algoritmos. É apenas por antífrase que chamamos de “muro” o fluxo contínuo de imagens, de informações, de comentários, por meio do qual o Facebook ensaia dar forma ao Eu. A experiência contemporânea da vida, em um mundo feito

circulação, telecomunicação, rede, um caos de informações em tempo real e imagens que pretendem captar nossa atenção, é fundamentalmente descontínua. Em uma escala completamente diferente, os interesses particulares dos notáveis cada vez mais têm dificuldade em se passar por “interesse geral”. Basta ver como os Estados penam para realizar seus grandes projetos de infraestrutura, do Vale de Susa a Standing Rock, para notar que *a coisa já não vai*. Que agora seja preciso a intervenção do exército e suas tropas de elite no território nacional para qualquer obra de pouca importância mostra muito bem que estas já são percebidas como operações mafiosas, que elas também são.

As unidades da República, da ciência, da personalidade, do território nacional ou da “cultura” sempre foram apenas ficções. Mas elas eram eficazes. Certo é que a ilusão da unidade não consegue mais *iludir*, alinhar, disciplinar. Em todas as coisas, a hegemonia morreu e as singularidades tornam-se selvagens: levam em si mesmas seu próprio sentido, que já não esperam de uma ordem geral. A pequena visão aérea que permitia aos que tinham um pouco de autoridade falar pelos outros, julgar,

classificar, hierarquizar, moralizar, intimar a todos sobre o que devem e como devem ser, tornou-se inaudível. Todos os “é preciso” foram por terra. O militante que sabe o que é preciso fazer, o professor que sabe o que é preciso pensar, o político que vai nos dizer o que é preciso para o país, falam no deserto. Nada mais pode estar acima da experiência singular aí onde ela existe. Redescobrimos que se abrir ao mundo não é se abrir aos quatro cantos do planeta, que o mundo está aí onde nós estamos. Abrir-se ao mundo é abrir-se à sua presença aqui e agora. Cada fragmento é portador de uma possibilidade de perfeição própria. Se “o mundo” deve ser salvo, será em cada um de seus fragmentos. A totalidade só pode ser *gerenciada*.

A época produz atalhos históricos surpreendentes. A democracia é enterrada no mesmo lugar onde nasceu dois mil e quinhentos anos atrás pela maneira como Alexis Tsipras, tão logo eleito, não cessou de negociar sua rendição. É possível ler, sobre sua tumba, ironicamente, as palavras do ministro da economia alemão, Wolfgang Schäuble: “Não podemos deixar que as eleições mudem nada”. Mas o mais assustador é que o epicentro geopolítico da

fragmentação do mundo seja precisamente o lugar de onde partiu sua unificação sob o nome de “civilização”, há cinco mil anos: a Mesopotâmia. Se certo caos geopolítico parece ganhar o mundo, é desde o Iraque e a Síria, isto é, desde o endereço exato onde começou a ordenação geral. A escritura, a contabilidade, a História, a justiça real, o parlamento, a agricultura organizada, a ciência, a medida, a religião política, as intrigas de corte e o poder pastoral — todas essas maneiras de pretender governar “para o bem dos súditos”, em benefício do rebanho e de seu bem-estar —, tudo isso a que se resume o que ainda chamamos hoje de “civilização”, tudo isso já era, três mil anos antes de Cristo, a marca própria dos reinos Acádio e Sumério. É claro que haverá tentativas de estabelecer um novo Estado confessional iraquiano. É claro que os interesses internacionais culminarão em operações bizarras de *state building* na Síria. Mas tanto na Síria como no Iraque a humanidade estatizada morreu. A intensidade dos conflitos cresceu demasiado para que uma reconciliação honesta seja ainda possível. A guerra contrainsurrecional que o regime de Bachar-Al-Assad comandou contra sua

população, com os apoios que sabemos, chegou a tal ponto que nenhuma negociação jamais conseguirá algo como um “novo Estado sírio” digno desse nome. E nenhuma tentativa de *peopleshaping* — a operação sangrenta do poema irônico de Brecht que seguiu a insurreição operária de 1953 contra o novo regime soviético na Alemanha do Leste: “O povo por sua culpa/Perdeu a confiança do governo/E é apenas redobrando os esforços/Que ele pode recuperá-la/Não seria/Mais simples então para o governo/Dissolver o povo/E eleger outro?” — será útil: as sombras dos mortos não se deixam apagar por explosões de barris de TNT. Quem quer que tenha se debruçado sobre o que foram os Estados europeus no tempo de seu “esplendor” só pode ver nisso que hoje sobrevive com o nome “Estado” um fracasso. Os Estados só se mantêm na condição de hologramas em relação às potências transnacionais. O Estado grego não é mais do que uma correia de transmissão de instruções que o ultrapassam. Com o Brexit, o Estado britânico está condenado a ser um funâmbulo. O Estado mexicano não controla mais nada. Os Estados italiano, espanhol ou brasileiro parecem não

ter outra atividade senão sobreviver às avalanches ininterruptas de escândalos. Seja sob o pretexto de “reforma” ou por um impulso de “modernização”, os Estados capitalistas contemporâneos se entregaram a um exercício de autodesmantelamento metódico. Sem falar das “tentações independentistas” que se multiplicam pela Europa. Não é difícil discernir, por trás das tentativas de restauração autoritária em tantos países do mundo, uma forma de guerra civil que não cessará mais. Seja em nome da guerra contra “o terrorismo”, “a droga” ou “a pobreza”, por toda parte as costuras do Estado cedem. As fachadas permanecem, mas elas só servem para mascarar um monte de escombros. A desordem mundial já excede toda capacidade de reordenação. Como dizia um antigo chinês: “Quando a ordem reina no mundo, um louco não pode perturbá-la sozinho; quando o caos dele se apodera, um sábio não pode reordená-lo sozinho.”

Somos os contemporâneos de uma prodigiosa inversão do processo de civilização em processo de fragmentação. Agora, quanto mais a civilização aspira a seu cumprimento universal, tanto mais ela se implode na base. Quanto mais este mundo

pretende a unificação, mais ele se fragmenta. Quando ele insensivelmente se desequilibrou sobre seu eixo? Foi pelo impacto mundial que sucedeu aos atentados de 11 de setembro? A “crise financeira” de 2008? A derrota da cúpula de Copenhague sobre as mudanças climáticas em 2009? Com certeza essa cúpula marcou um ponto de irreversibilidade nesse desequilíbrio. A causa da atmosfera e do planeta oferecia à civilização o pretexto ideal para seu arremate. Em nome da espécie e de sua salvação, em nome da totalidade planetária, em nome da Unidade terrestre, íamos poder reger cada uma das condutas de cada um dos habitantes da Terra, e de cada uma das entidades que ela abriga em sua superfície. Estávamos a dois passos de proclamar o *imperium mundi* universal e ecológico. Era “do interesse de todos”. A pluralidade dos meios humanos e naturais, dos usos, das formas de vida, o caráter telúrico de cada existência, tudo isso cederia diante da necessidade da unidade da espécie humana, que íamos enfim poder gerenciar a partir de não se sabe qual diretório mundial. Era a conclusão lógica do processo de unificação que não cessou de animar “a grande aventura da humanidade” desde que um

pequeno bando de *sapiens* escapou do vale do Rift. Até esse momento tínhamos a esperança de que os chamados “responsáveis” encontrassem um acordo em comum, que os “responsáveis”, em uma palavra, seriam responsáveis. E catapum! O que aconteceu em Copenhague é que justamente não aconteceu nada. Aliás, é por isso que todo mundo a esqueceu. Nenhum imperador e nem mesmo um colegiado. Nada de decisão dos porta-vozes da Espécie. A partir de então, com a “crise econômica” ajudando, a pulsão de unificação tornou-se um salve-se quem puder mundial. Uma vez que não haverá salvação comum, cada um terá de salvar a si mesmo, não importa em qual escala, ou renunciar a toda ideia de salvação. E tentar se embriagar numa fuga para as tecnologias, ganâncias, festas, drogas e devastações, com a angústia cravada na alma.

O desmantelamento de toda unidade política induz em nossos contemporâneos um evidente pânico. A onipresença da questão da “identidade nacional” no debate público o atesta. “A França”, manufatura mundial do Estado moderno, vive particularmente mal sua decomposição. Evidentemente porque “se sentir francês” nunca teve tão

pouco sentido como agora, e por isso os políticos ambiciosos deste país se veem condenados a um fantasiar sem fim sobre “a identidade nacional”. E como, apesar desses famosos “1500 anos de História” com os quais quebramos a cabeça, ninguém parece ter uma ideia clara do que pode querer dizer “ser francês”, nós nos debruçamos sobre os fundamentos: o vinho e os grandes homens, os terraços e a polícia, quando não simplesmente o Antigo Regime e as raízes cristãs. Pálidas figuras de uma unidade nacional para manuais de quinta categoria.

Da unidade só resta a nostalgia, mas ela fala cada vez mais alto. Por toda parte candidatos se apresentam para restaurar a grandeza nacional, para “*Make America great again*” ou “*Remettre la France en ordre*”. Ao mesmo tempo, quando se é nostálgico da Argélia francesa, de que não se pode ser nostálgico? Por toda parte prometem assim refazer pela força a unidade perdida. Só que quanto mais se “segrega” dissertando sobre o “sentimento de pertencimento”, mais se expande a certeza de não fazer parte desse todo. Mobilizar o pânico para restaurar a ordem é esquecer o que há de essencialmente dispersivo no pânico. O processo de fragmentação

geral é tão irrefreável que todas as brutalidades às quais se recorrerá, a fim de refazer a unidade perdida, acabarão apenas por acelerá-lo, por torná-lo mais profundo e irreversível. Quando não há mais experiência comum, salvo encontrar-se diante das telas, é possível criar breves momentos de comunhão nacional depois dos atentados, despertando todo um sentimentalismo meloso, falso e oco; é possível decretar todos os tipos de “guerras contra o terrorismo”, prometer recuperar todas as “zonas de não direito” que se queira, mas isso não passa de um boletim de notícias da BFM-TV¹ no fundo de uma lanchonete, e, portanto, não ouvimos seu som. Esse tipo de bobagem é como os medicamentos: para que continuem eficazes, é preciso forçar a dose continuamente, até a neurastenia final. Aqueles que veem com bons olhos a perspectiva de terminar sua existência em uma cidadezinha minúscula e super militarizada, mesmo grande como “a França”, enquanto a água sobe ao seu redor e carrega os corpos dos desafortunados, poderão declarar “traidores da Nação” todos aqueles que lhes desagradam. Em

1. Canal de notícias 24 horas da televisão francesa. [N.T.]

seus latidos se escuta somente sua impotência. A longo prazo, o extermínio não é uma solução.

Não há que se desesperar com o estado de aviltamento do debate na esfera pública. Se nela se grita tão alto, é porque ninguém mais escuta. O que acontece verdadeira e subterraneamente é que tudo se pluraliza, tudo se localiza, tudo se revela situado, tudo *foge*. Não é apenas que o povo falta, que ele não se mostra, que não dá notícias, que mente aos entrevistadores, é que ele já fez as malas, em mil direções insuspeitadas. Não é apenas abstencionista, à margem, inencontrável: ele está em fuga, mesmo quando sua fuga seja apenas para o interior ou imóvel. Ele já está *em outro lugar*. E não vão ser os arrebatadores da extrema esquerda, os senadores socialistas ao estilo da Terceira República que se tomam por Fidel Castro, como Mélenchon, os que vão fazê-lo voltar ao ninho. O que nomeamos “populismo” não é apenas o sintoma criador da desapareção do povo, é uma tentativa desesperada para reter o que nele resta de assombro e desorientação. Uma vez que uma situação política real se apresenta, como o conflito da primavera de 2016, o que se manifesta de maneira difusa é toda a inteligência, sensibilidade

e determinação comuns que os clamores da publicidade procuram esconder. O *acontecimento* que foi a aparição, nesse conflito, da “marcha de cabeça”² mostrou isso bem. Enquanto o corpo social naufragava por todas as partes, incluindo o velho corpo do enquadramento sindical, mostrou-se evidente, para todo manifestante *vivo*, que os desfiles em marcha lenta exibiam a pacificação pelo protesto. Assim, marcha após marcha, viu-se agregar à cabeça da manifestação todos que aspiram desertar do cadáver social para não se contagiar por sua pequena morte.³ Isso começou com os estudantes do ensino médio. Em seguida, todos os tipos de jovens e de mais jovens, de militantes e de desorganizados, vieram a engrossar suas fileiras. Para terminar, quando da manifestação de 14 de junho, seções sindicais

2. Em francês, *cortège de tête*. Trata-se da inversão da expressão *tête de cortège*, que remete às “lideranças de uma marcha (ou cortejo)”. A expressão invertida designa um grupo de pessoas quaisquer que se recusa a ser conduzido pela segurança da manifestação, e que, portanto, não reconhece nenhuma liderança. [N.T.]

3. Em francês, *petite morte*. Trata-se de expressão que também pode designar o gozo sexual. [N.T.]

inteiras, até mesmo os estivadores do Havre, uniram-se à cabeça incontrolada de uma manifestação de dez mil pessoas. Seria um erro ver na tomada da cabeça dessas manifestações uma espécie de revanche histórica daqueles que, “anarquistas”, “autônomos” e outros costumeiros frequentadores de finais das manifestações, encontravam-se tradicionalmente no fim da fila da marcha, com o intuito de se entregar a escaramuças rituais. O que ali se passou naturalmente é que um certo número de desertores criou um espaço político onde compor sua heterogeneidade, um espaço efêmero, por certo, insuficientemente organizado, mas acessível e, no período de uma primavera, *realmente existente*. A marcha de cabeça se constituiu como o receptáculo da fragmentação geral. Como se, ao perder toda força de agregação, essa “sociedade” livrasse por toda parte pequenos núcleos autônomos, territorial, setorial ou politicamente situados, e esses núcleos conseguissem pela primeira vez se agrupar. Se a marcha de cabeça conseguiu finalmente atrair uma parte não negligenciável daqueles que combatiam o mundo da lei do trabalho, não é porque todas essas pessoas teriam repentinamente se tornado

“autônomas” — a multiplicidade de seus componentes dá um suficiente testemunho disso —, mas é porque, para elas, existia, na situação, a presença, a vitalidade e a verdade que faltava ao resto.

A marcha de cabeça era mais do que um sujeito separável do resto da manifestação, apenas um *gesto*, que a polícia jamais conseguiu, como ela se empenhou tão regularmente em fazê-lo, isolar. Para acabar com o escândalo de sua existência, para reestabelecer a imagem tradicional do desfile sindical com, à sua cabeça, os chefes de diferentes centrais, para neutralizar essas cabeças da marcha sistematicamente compostas de uma massa de jovens encapuzados que desafiam a polícia, de gente mais velha que os apoia ou operários liberados que rompem a linha do batalhão de choque, finalmente foi preciso cercar *a totalidade da manifestação*. No fim de junho, produziu-se então a humilhante ronda ao redor do porto do Arsenal, encapsulada por um formidável dispositivo policial — bela manobra de desmoralização levada a termo conjuntamente pelas centrais sindicais e o governo. Naquele dia, o jornal comunista *L'Humanité* destacava seus titulares com a insígnia “vitória”, que representava essa

“manifestação” — é uma tradição, entre os stalinistas, cobrir suas retiradas com litâneas de triunfo. A longa primavera francesa de 2016 teria estabelecido esta evidência: o motim, o bloqueio e a ocupação formam a gramática política *elementar* da época.

A “ratoeira” não constitui apenas uma técnica de guerra psicológica que as forças de segurança francesas tardiamente importaram da Inglaterra.⁴ A ratoeira é uma imagem dialética do poder presente. É a figura de um poder desprezado, desonrado e que não faz mais do que manter a população em suas redes. É a figura de um poder que não promete mais nada e não tem outra atividade senão *trancar todas as saídas*. De um poder ao qual ninguém mais adere positivamente, do qual cada um tenta, à sua maneira, fugir e que não tem outra pavorosa perspectiva senão a de manter em seu estreito círculo todo aquele que, incessantemente, lhe escapa. Essa figura do encapsulamento o é porque também reúne aquilo que tem vocação de aprisionar. Nela se produzem encontros entre

4. Técnica conhecida como *kettling*, caldeirão de Hamburgo ou encapsulamento. [N.R.]

aqueles que tentam desertar. Cantos inéditos e cheios de ironia aí nascem. Uma experiência comum nela se faz. O dispositivo policial é inapto para conter a saída vertical que nela se produz sob a forma das pichações, que não tardam em figurar em todo muro, marquise, comércio, testemunhando que o espírito se mantém livre, mesmo quando os corpos são detidos. “Vitória pelo caos”, “em cinzas, tudo se torna possível”, “a França, seu vinho, suas revoluções”, “homenagem às famílias das vitrines”, “kiss kiss bank bank”, “penso logo quebro”: desde 1968 os muros não viam tanta liberdade de espírito. “Daqui, deste país onde nós respiramos mal um ar cada dia mais rarefeito, onde nos sentimos cada dia mais estrangeiros, não podia nos chegar nada mais do que este cansaço que nos devora com tanto vazio, com tanta impostura. Na falta de algo melhor, nós nos conformávamos com palavras, a aventura era literária e o engajamento era platônico. A revolução de amanhã, a revolução possível, quantos dentre nós ainda acreditávamos nela?” É assim que Pierre Peuchmaurd descreve, em *Plus vivant que jamais*, o ambiente que maio de 1968 enterrou.

Um dos aspectos mais marcantes do processo de fragmentação em curso é que ele toca inclusive aquilo que até agora tinha como dever assegurar a manutenção da unidade social: o Direito. Legislações antiterroristas de exceção, esfacelamento do Direito do Trabalho, especialização crescente das jurisdições e das fiscalizações, o Direito não existe mais. Tomemos o Direito Penal. Sob o pretexto de antiterrorismo e de luta contra o “crime organizado”, o que se desenha, ano a ano, é a constituição, em matéria penal, de dois direitos distintos: um direito para os “cidadãos” e um “direito penal do inimigo”. É um jurista alemão, valorizado em seu tempo pelas ditaduras sul-americanas, que o teorizou. Ele se chama Günther Jakobs. Jakobs nota que os desprezíveis, os opositores radicais, os “vadios”, os “terroristas”, os “anarquistas”, enfim, o conjunto daqueles que não têm tanto respeito pela ordem democrática em vigor e representam um “perigo” para “a estrutura normativa da sociedade”, cada vez mais têm reservado para si um tratamento derogatório no direito penal normal, ao ponto de já não se respeitar seus direitos constitucionais. Não é lógico, em certo sentido, tratar como inimigos aqueles que

se comportam como “inimigos da sociedade”? Não estão “eles próprios se excluindo do direito”? E não devemos, a partir de então, admitir a existência, para eles, de um “direito penal do inimigo”, que consiste justamente na ausência completa de todo direito? É, por exemplo, o que pratica abertamente, nas Filipinas, o presidente Duterte, que mede a eficácia de seu governo na guerra declarada “às drogas” pelo número de cadáveres de “traficantes” que chegam ao IML, sejam os “produzidos” pelos esquadrões da morte ou pelos simples cidadãos. No momento em que escrevemos, a conta passa de 7 mil assassinatos. Que ainda aí se trate de uma forma de direito, eis o que é atestado pelas interrogações das associações de juristas que se perguntam se não estaríamos, por acaso, a caminho da “saída do estado de direito”. O “direito penal do inimigo” é o fim do direito penal. E isso não é pouca coisa. Aqui, a farsa está em fazer crer que ele seria aplicado a uma população criminal previamente identificada, quando o que ocorre é justamente o contrário: só é declarado “inimigo” aquele que já se escutou, prendeu, sequestrou, molestou, maltratou, torturou e, finalmente, matou. Um pouco como quando os

policiais denunciam por “desacato e rebelião” aqueles que acabam de chamar atenção de uma maneira um pouco ostensiva.

Por paradoxal que possa parecer essa afirmação, *nós vivemos o tempo da abolição da Lei*. A proliferação por metástase das leis é só um aspecto dessa abolição. Se cada uma das leis já não tivesse se tornado insignificante no edifício rococó do direito contemporâneo, seria preciso produzir tantas? Seria preciso promulgar uma nova legislação para cada fato pitoresco que se produz? Na França, o objeto dos grandes projetos de lei dos últimos anos se resume quase exclusivamente à abolição das leis em vigor, ao desmantelamento progressivo de toda garantia jurídica. De modo que o Direito, que pretendia proteger os homens e as coisas dos acasos do mundo, tornou-se, antes, algo que aumenta esta precariedade. Um traço distintivo das grandes leis contemporâneas é colocar tal ou qual administração, tal ou qual potência, sob leis. A lei da Informação abolia todo recurso diante dos serviços de informação. A lei Macron, que pôde instaurar o “segredo comercial”, denomina-se “lei” em virtude de uma estranha novíngua: ela consistia

mais em desfazer todo um conjunto de garantias das quais dispunham os assalariados — em relação ao trabalho de domingo, às licenças ou as profissões regulamentadas. A própria lei do Trabalho só continuava um movimento já muito avançado: o que é a famosa “inversão da hierarquia das normas” senão, justamente, a substituição de qualquer marco jurídico geral pelo estado de exceção de cada empresa? Se resultou tão natural para um governo socialdemocrata inspirado pela extrema direita a declaração de estado de urgência após os atentados de novembro de 2015, é porque o estado de exceção já reinava *sob a forma da Lei*.

Aceitar ver a fragmentação do mundo até mesmo no direito não é nenhuma obviedade. É que na França, somos herdeiros, há quase um milênio, do “Estado de justiça” — o bom rei São Luís, que compartilhava a justiça sob seu robe etc. No fundo, a chantagem que renova sem cessar as condições de nossa submissão é esta: o Estado, o Direito, a Lei, a polícia, a justiça, ou a guerra civil, a vingança, a anarquia e todo seu barulho. Essa crença, esse justicialismo, este estatismo, impregnam de maneira uniforme o conjunto das sensibilidades

politicamente admissíveis e audíveis neste país, da extrema esquerda à extrema direita. É inclusive segundo esse eixo inamovível que se opera a conversão de uma boa parte do voto operário em voto na Frente Nacional, sem crise existencial maior para os envolvidos. É isso também que provoca todas as reações indignadas diante da enxurrada de “casos” que compõem o cotidiano da vida política contemporânea. Nós propomos outra percepção das coisas, outro modo de apreendê-las. Aqueles que fazem as leis evidentemente não as respeitam. Aqueles que pretendem inculcar em nós a “moral do trabalho” têm empregos fictícios. Os policiais da “narcóticos” — e isso já é notório — são os maiores traficantes de haxixe da França. E quando um magistrado é extraordinariamente submetido à escuta, não se tarda a descobrir os inqualificáveis arranjos que se escondem por trás do augusto pronunciamento de uma sentença, de uma apelação ou de uma suspensão processual. Apelar à Justiça neste mundo é como pedir para um ogro cuidar de suas crianças. Quem quer que conheça o reverso do poder, cessa imediatamente de respeitá-lo. Os amos sempre foram, em seu mais profundo íntimo,

anarquistas. Eles só não gostam que os outros o sejam. E os patrões sempre tiveram um coração de bandido. É essa honorável maneira de ver as coisas que desde sempre inspirou os operários lúcidos à prática de pequenos furtos e, até mesmo, da sabotagem. É de fato preciso chamar-se Michéa⁵ para crer que o proletariado sempre fora moralista e legalista. Na vida, é entre os seus que o proletário manifesta sua ética, não nas relações com a “sociedade”. Diante da “sociedade” e sua hipocrisia, ele não pode ter outra relação senão a guerra mais ou menos aberta.

É essa maneira de raciocinar que, da mesma forma, inspirou a fração mais determinada dos manifestantes do conflito da primavera de 2016. Pois um dos traços mais chamativos desse conflito é o fato de ter acontecido *em pleno estado de urgência*. Não é por acaso que as forças organizadas, que em Paris contribuíram para a formação da marcha de cabeça, sejam também aquelas que desafiaram o estado de emergência na *Place de la République*

5. Jean-Claude Michéa é um filósofo francês que contesta o que, para ele, são as correntes dominantes da esquerda. [N.T.]

durante a COP 21.⁶ Há duas formas de afrontar o estado de emergência. Pode-se denunciá-lo verbalmente e suplicar o retorno a um “Estado de Direito” que, se bem nos recordamos, sempre nos parecia excedente no tempo em que ainda não estava “suspenso”. Mas é possível dizer: “Ah! Façam o que quiser! Vocês se consideram livres das leis das quais supõem obter sua autoridade! Então nós também, vejamos!” Há aqueles que protestam contra um fantasma, o estado de urgência, e aqueles que o tomam como causa e a partir dele desenvolvem *seu próprio estado de exceção*. Aí onde um velho reflexo de esquerda nos leva a tremer diante do estado de exceção fictício da democracia, o conflito da primavera de 2016 preferiu justamente opor, na rua, seu estado de exceção real, sua própria presença no mundo, a forma singular de sua liberdade.

O mesmo vale para a fragmentação do mundo: é possível deplorá-la e tentar subir a nado o rio do tempo, mas também se pode *dela partir* e ver como fazer. Seria demasiado simples opor um

6. Conferência Mundial das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. [N.T.]

afeto nostálgico, reacionário, conservador “de direita” e um pós-modernismo caotizante, multiculturalista, “de esquerda”. Ser de direita ou de esquerda é escolher dentre as inumeráveis maneiras que se oferecem ao homem para ser imbecil. E, de fato, de um lado a outro do espectro político, os apoiadores da unidade estão equitativamente repartidos. Há nostalgias de grandeza nacional por todos os lados, à direita e à esquerda, de Soral a Ruffin.⁷ Há a tendência em esquecer, mas já há um século que um candidato se apresentou para tomar o lugar da forma de vida universal: o Trabalhador. Se pôde aspirar a tal cargo, é como consequência do grande número de amputações que ele se impôs — em termos de sensibilidade, de apegos, de gosto ou de afetividade. Isso lhe dava, por certo, um ar curioso. De modo que, ao vê-lo, o júri fugiu e, desde então, o candidato vaga sem saber aonde ir

7. Alain Soral é um ensaísta francês que, depois de sua participação no Partido Comunista Francês, nos anos 1980, tem sido considerado como um ideólogo da extrema direita, sobretudo depois do início dos anos 2000. Já François Ruffin é um jornalista e ensaísta francês. É fundador do jornal *Fakir*, considerado da esquerda radical. [N.T.]

ou o que fazer, sobrecarregando o mundo de forma lastimável com sua glória passada. No tempo de seu esplendor, contava com fãs de todos os cantos, nacionalistas ou bolcheviques, até mesmo nacional-bolcheviques. Observamos, em nossos dias, uma explosão da figura humana. A “Humanidade” como sujeito não tem mais rosto. À margem de um empobrecimento organizado das subjetividades, somos testemunhas da persistência tenaz e do surgimento de formas de vida singulares, que traçam seu caminho. É esse escândalo que pensamos esmagar, por exemplo, com a selva de Calais. Esse ressurgimento de formas de vida, em nossa época, resulta assim da fragmentação da universalidade perdida do trabalhador. Ela realiza o luto do trabalhador como figura. Um luto mexicano, no mais, que não tem nada de triste.

Desde os conflitos da primavera de 2016, por assim dizer, temos assistido, coisa impensável há alguns anos, à fragmentação *da própria CGT* [Confederação Geral do Trabalho]. Enquanto a CGT Marselha desembainhava os cassetetes contra os “jovens”, a CGT Douai-Armentières, aliada dos

“incontroláveis”, saía no braço com a so⁸ da CGT Lille, ainda mais desesperadamente stalinista. A CGT Energia reivindicava, em Haute-Loire, a sabotagem dos cabos de fibra óptica utilizados pelos bancos e operadoras de telefonia. Durante todo o conflito, o que acontecia no Havre em nada se parecia com o que acontecia em outras partes. As datas de manifestação, as posições da CGT local, a discricção imposta à polícia: tudo isso acontecia em um sentido *autônomo* do todo nacional. A CGT, no Havre, votou essa moção e convocou as forças de polícia e o prefeito para avisá-los: “A cada vez que um estudante for levado para a delegacia de polícia, não é complicado, fecha-se a porta!” O Havre tinha a fragmentação feliz. As fricções entre “marcha de cabeça” e afiliados sindicais marcaram um compromisso notável. Então aconteceu que um bom número de afiliados da CGT passou à posição estritamente defensiva: não mais pretendiam se fazer de policiais nas manifestações, quebrar a cara dos “autônomos” e entregar “os selvagens” para os policiais,

8. *Membres du service d'ordre*, afiliados da Confederação. [N.T.]

só se concentravam na simples proteção de seu canto na marcha. Um deslocamento apreciável e, quem sabe, durável. Não obstante um comunicado de condenação das “violências”, exigido após a manifestação contra a Frente Nacional em Nantes, em 25 de fevereiro de 2017, a CGT 44 se organizou para a ocasião com *zadistas*⁹ e outros incontáveis. É um dos felizes efeitos do conflito da primavera de 2016 e que com certeza deve inquietar alguns do lado do governo e também do lado da central.

Uma vez acontecido, o processo de fragmentação do mundo pode levar à miséria, ao isolamento, à esquizofrenia. Ele pode se mostrar, na vida dos seres, como uma pura perda. A nostalgia então nos invade. O pertencimento é tudo o que resta àqueles que não têm mais nada. Ao preço de admitir a fragmentação como ponto de partida, ela pode também dar lugar a uma intensificação e uma pluralização *dos lugares que nos conformam*. Fragmentação, então, não significa separação, mas cintilação do mundo. Visto em perspectiva, é muito mais o processo de

9. *Zadistes*, termo referente aos militantes que atuam numa ZAD, *Zone à Défendre* [Zona a ser defendida]. [N.T.]

“integração à sociedade” que se revela ter sido uma lenta perda de ser, uma separação continuada, um deslizamento para uma vulnerabilidade cada vez mais frequente e sempre mais maquiada. A ZAD [zona a ser defendida] de Notre-Dame-des-Landes ilustra o que pode significar o processo de fragmentação do território. Que uma porção de terra se destaque do *continuum* nacional para entrar em secessão e aí permanecer de forma durável, para um Estado territorial tão antigo como o Estado francês, prova de forma ampla que este não existe mais da mesma maneira que no passado. Algo assim teria sido inimaginável sob de Gaulle, Clemenceau ou Napoleão. Na época, seria enviada a infantaria para liquidar o assunto. Agora, nomeia-se uma operação “Cesar” e saem em retirada diante de uma guerrilha de bosques. Que nas rodovias das imediações da Zona os ônibus da Frente Nacional possam ser atingidos num “ataque de diligência”, ou que uma viatura de polícia colocada num canto de um bairro para vigiar uma câmera que vigia “os traficantes” seja incendiada por um coquetel Molotov, indica que, de fato, este país se converteu um pouco num faroeste. O processo de fragmentação do território

nacional, em Notre-Dame-des-Landes, longe de constituir um distanciamento do mundo, só multiplicou as circulações mais inesperadas, as mais planetárias e as mais próximas. A ponto de ser possível dizer que a melhor prova de que os extraterrestres não existem é que eles não tiveram contato com a ZAD. Por sua vez, o destacamento desse pedaço de terra induz sua própria desagregação interior, sua fractalização, a multiplicação dos mundos em seu seio e, assim, territórios que aí coexistem e se sobrepõem. Novas realidades coletivas, novas construções, novos encontros, novos pensamentos, novos usos, recém-chegados em todos os sentidos, com os confrontos necessariamente induzidos pela fricção entre os mundos e os modos de ser. E daí uma intensificação considerável da vida, um aprofundamento das percepções, uma proliferação de amizades, de inimizades, de experiências, de horizontes, de histórias, de contatos, de distâncias — e uma grande fineza estratégica. Com a fragmentação sem fim do mundo, cresce também, de maneira vertiginosa, o enriquecimento qualitativo da vida, a profusão de formas, por pouco que se apegue à promessa de comunismo que ela contém.

Há na fragmentação algo que aponta na direção do que chamamos “comunismo”: é o retorno à terra, a ruína de todo pôr em equivalência, a restituição a si mesmas de todas as singularidades, a derrota da subsunção, da abstração, do fato de que momentos, lugares, coisas, seres e animais adquirem todos um nome próprio — *seu* nome próprio. Toda criação nasce de uma ruptura em relação a tudo. Como mostra a embriologia, cada indivíduo é a possibilidade de uma espécie nova, desde que faça seus os dados do que está ao seu redor de maneira imediata. Se a Terra é tão rica em recursos naturais, isso se dá em virtude de sua completa ausência de uniformidade. Realizar a promessa de comunismo contida na fragmentação do mundo demanda um gesto, um gesto a se refazer interminavelmente, um gesto que é a própria vida: o gesto de *compartilhar passagens* entre os fragmentos, de colocá-los em *contato*, de organizar seu encontro, de abrir os caminhos que levam de uma extremidade de mundo amigo a um outro, sem passar por terra hostil, o gesto de estabelecer a boa *arte das distâncias* entre os mundos.

Que a fragmentação do mundo desorienta e desconcerta todas as certezas herdadas, que ela

desafie todas as nossas categorias políticas e existenciais, que ela faça desaparecer o solo sob os pés da própria tradição revolucionária, é algo certo: ela nos põe um desafio. Lembremo-nos do que Tosquelles contava a François Pain a propósito da guerra civil espanhola. Alguns, então, eram milicianos; Tosquelles era psiquiatra. Ele constatava que os doentes tendiam a se rarefazer, porque a guerra, rompendo a trama da mentira social, curava os psicóticos de forma mais segura do que o manicômio. Ele dizia: “A guerra civil está em relação com a não homogeneidade do Eu. Cada um de nós é feito de pedaços contrapostos com uniões paradoxais e desuniões no interior de cada um de nós. A personalidade não é feita como um bloco. Se assim o fosse, seria uma estátua. É preciso reconhecer um fato paradoxal: a guerra não produz novos doentes, ao contrário. Há muito menos neuroses durante a guerra do que na vida civil, e há até mesmo psicoses que se curam”. Eis o paradoxo: a coação à unidade nos descompõe, a mentira da vida social nos psicotiza e é o abraçar a fragmentação que nos faz reencontrar uma presença serena no mundo. Há um certo ponto na mente em que esse fato deixa

de ser percebido contraditoriamente. É aí que nós nos colocamos.

Contra a possibilidade do comunismo, contra toda possibilidade de felicidade, levanta-se uma hidra de duas cabeças. Na cena pública, elas fingem ser inimigas juradas uma da outra. De um lado, há o programa de restauração fascizante da unidade, de outro, há a potência mundial dos mercadores de infraestruturas — Google tanto quanto Vinci, Amazon quanto Veolia. Quem crê que é ou um ou outro *terá os dois*. Pois os fascistas têm apenas o discurso folclórico em relação àquilo de que os grandes construtores de infraestruturas têm os meios. Para estes, a crise das unidades antigas é, então, a oportunidade de uma nova unificação. Há, no caos contemporâneo, na desagregação das instituições, na morte da política, um mercado perfeitamente rentável para as potências infraestruturais e para os gigantes da internet. Um mundo perfeitamente fragmentado permanece de todo gerenciável do ponto de vista cibernético. Um mundo dividido é mesmo a condição da onipotência daqueles que gerenciam os meios de comunicação. O programa dessas potências consiste em desdobrar, por trás das

fachadas esfaceladas das velhas hegemonias, uma nova forma de unidade, puramente operacional, que não se incomoda com a pesada produção de um sentimento de pertencimento sempre vacilante, mas opera diretamente no “real”, reconfigurando-o. Uma forma de unidade sem limites e sem pretensões, que intenta construir sobre a fragmentação absoluta a ordem absoluta. Uma ordem que jamais pretende fabricar um novo pertencimento fantasmático, mas se contenta em fornecer, por suas redes, seus servidores, suas rodovias, uma materialidade que se impõe a todos de modo inquestionável. Nenhuma outra unidade senão a uniformização das interfaces, das cidades, das paisagens; nenhuma outra unidade exceto a da informação. A hipótese do Vale do Silício e dos grandes mercados de infraestrutura é a de que não há mais necessidade de se fatigar para pôr em cena uma unidade de fachada: eles pretendem *criar* a unidade no mundo mesmo, incorporada em suas redes, colada em seu cimento. Evidentemente que não nos sentimos pertencer a uma “humanidade Google”; mas isso é proveitoso para a Google toda vez que nossos dados lhe pertencem. No fundo, por pouco que aceitemos ser

reduzidos ao simples estatuto de “usuários”, nós pertencemos à *cloud*, que não tem nenhuma necessidade de proclamar isso. Dito de outro modo: só a fragmentação não nos protege de uma tentativa de reunificar o mundo pelos “governantes de amanhã”: para estes, isso é inclusive a condição e a textura ideal. De seu ponto de vista, a fragmentação simbólica do mundo abre espaço para sua unificação concreta; a segregação não se opõe à configuração em rede, ela lhe dá, pelo contrário, sua razão de ser.

A condição do reino dos Gafa (Google, Apple, Facebook, Amazon) é que os seres, os lugares, os fragmentos do mundo, permaneçam sem contato real. Onde os Gafa pretendem “vincular o mundo inteiro”, o que fazem é, ao contrário, trabalhar para o isolamento real de cada um. É imobilizar os corpos. É manter cada um recluso em sua bolha significativa. O golpe de força do poder cibernético consiste em gerar, em cada um, a sensação de ter acesso ao mundo inteiro, quando se está, na realidade, cada vez mais separado; de ter cada vez mais “amigos”, quando se é cada vez mais autista. A multidão em série nos transportes coletivos sempre foi uma multidão solitária, mas cada um que dela fazia

parte não transportava consigo sua bolha pessoal, tal como acontece depois do aparecimento dos *smartphones*. Uma bolha que imuniza contra todo contato, além de constituir uma vigilância absoluta. Essa separação *desejada* pela cibernética leva, de maneira não fortuita, à constituição de cada fragmento como uma pequena entidade paranoica, a um processo de deriva dos continentes existenciais em que o estranhamento reinante entre os indivíduos nessa “sociedade” se coletiviza ferozmente em mil pequenos agregados delirantes. Contra isso, é preciso sair de nossa casa, ir ao encontro, tomar o caminho, trabalhar a ligação conflitiva, prudente e feliz, entre os fragmentos de mundo. É preciso se organizar. Organizar-se verdadeiramente nunca foi outra coisa do que se amar.